

Serviços bibliotecários e desenvolvimento social: um desafio profissional

Sueli Angelica do Amaral

Resumo

Trata da importância da informação para o desenvolvimento da sociedade. Relata a situação dos serviços bibliotecários no setor de informação, considerado como setor quaternário. Aborda os aspectos relativos à informatização, à economia e à política de informação, salientando a situação brasileira e o contexto dos serviços bibliotecários no Brasil. Ressalta a importância da atuação bibliotecária para o desenvolvimento social, dando ênfase ao papel das bibliotecas e bibliotecários nessa abordagem.

Palavras-chave

Serviços de informação; Bibliotecário; Desenvolvimento social; Política de informação.

INFORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE

A informação é um fator imprescindível para impulsionar o desenvolvimento da sociedade, constituindo-se em um insumo de fundamental importância de geração de conhecimento que, por sua vez, possibilitará de modo eficiente a satisfação das diversas demandas da população.

A informatização, de acordo com Miranda (Miranda, 1985) vem transformando o conceito das relações de poder dentro do estado moderno, mudando a estrutura do capitalismo e refinando a natureza do imperialismo. Ela impõe uma nova ordem social à medida que pretende controlar e condicionar os comportamentos humanos, suas inter-relações, promover e direcionar as suas atividades, programar e acompanhar o desempenho dos recursos disponíveis, notadamente os recursos humanos.

É, por essa razão, cada vez mais intenso o caráter político da informação, tanto que os países podem ser classificados de acordo com a qualidade e a quantidade de informação que têm em seu poder. Partindo dessa premissa, os países "ricos em informação" deteriam o poder não só da tecnologia de tratamento da informação, como da sua própria geração. Nesse contexto, a transferência de informação pode gerar diversos problemas, como demandas artificiais por produtos supérfluos e até mesmo se transformar em uma arma poderosa, constituindo-se em elemento importante no bloqueio ou boicote a determinado país.

No mundo atual, a informação adquire dessa forma o *status* de mercadoria, podendo ser comercializada pelas leis de oferta e procura, que regem a comercialização de qualquer produto.

Na realidade, todos os países do mundo se preocupam com a economia política da informação, tanto os países avançados, quanto os países em desenvolvimento. No entanto, os países avançados encaram a informação como insumo imprescindível para o desenvolvimento

tecnológico e econômico, considerando-a uma mercadoria negociável, que deve fluir nos mercados internacionais, reconhecendo que um país incapaz de fornecer as informações necessárias aos seus cidadãos e as suas indústrias perderá grande parte de sua autonomia, ficando à mercê das ofertas de informações alienígenas.

Nos países avançados, a indústria da informação é hoje o setor que mais emprega mão-de-obra, enquanto a informática vem dando a sustentação tecnológica necessária à expansão e consolidação da referida indústria.

Além da informática, é preciso ressaltar que a convergência das áreas de computação e comunicações, tendo como base comum a microeletrônica, possibilitou ao cidadão a utilização de vários serviços totalmente inimagi-náveis em outras épocas.

Segundo Dordick (Dordick, 1984), as novas tecnologias têm afetado profundamente o governo, os negócios, a indústria e o consumidor. Como a indústria da informação se tornou de alcance global, as políticas nacionais concernentes à informática e às comunicações ficaram interligadas à política internacional. Nesse sentido, as telecomunicações subiram de posição no mundo inteiro, ocupando lugar de destaque nas agendas políticas nacionais. Para o autor, isto aconteceu porque muitas nações compreenderam que não podem competir no desenvolvimento da indústria da informação, sem uma boa tecnologia de telecomunicações. Além desse fato, Dordick enfatiza a convergência das tecnologias de computador e de telecomunicações, que possibilitou o crescimento da indústria de informação através das fronteiras internacionais.

CONTEXTO DOS SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS

No que concerne à aplicação das novas tecnologias nos serviços bibliotecários dos países do Terceiro Mundo, essa dependerá do nível de desenvolvimento da infra-estrutura de cada país e da sua inter-relação com os fatores sociais, econômicos e políticos.

No sentido de minimizar manipulações danosas de dominação e poder, a expansão dos serviços bibliotecários deve ser vista de forma a possibilitar a democratização dos avanços científicos e tecnológicos, distribuindo-os de forma mais eficiente e equitativa, permitindo a evolução da sociedade em busca do bem-estar coletivo.

Quando a sociedade evolui, ocorre uma transformação, provocando a mudança de enfoque em relação ao fator de produção e o fator de desenvolvimento econômico. A base dessa transformação é que o setor de informação, onde se inserem os serviços bibliotecários, é intensivo em conhecimento e não em mão-de-obra. Nessa mudança, o valor agregado do conhecimento ou do segmento tecnológico é progressivamente mais importante e incorporado ao bem, provocando a transformação industrial da matéria prima pelo valor agregado (Botelho *et al.*, 1994).

Competitividade, liderança, capacidade de inovação, pacotes tecnológicos, transferência de tecnologia são ingredientes dessa nova fase.

Nesse contexto, surge um grande problema para os países não desenvolvidos e importadores de pacotes tecnológicos. Com a liberalização da economia e o advento dos mercados comuns, a necessidade de informação tecnológica aumenta, pois surge o fator de desenvolvimento. As questões políticas, econômicas e sociais envolvidas são de difícil solução nesse impasse da dependência tecnológica, afetando a produção dos menos favorecidos.

Nos últimos dez anos, tem-se observado mudanças fundamentais, como o desacoplamento da economia de produção da economia industrial e o da produção do emprego. Os movimentos de capital transformaram-se na essência da economia mundial. Começa a ocorrer a substituição

de trabalhadores manuais por máquinas e pelos produtos do conhecimento. As indústrias que eram primordialmente intensivas em mão-de-obra estão se transformando para intensivas em conhecimento. A emergência da economia simbólica de movimentos de capital, taxas de câmbio e fluxos de crédito são hoje a mola propulsora da economia mundial, em lugar da economia de fluxo de bens e serviços. Este conceito eletrônico invisível totaliza trilhões de dólares anualmente (Botelho *et al.*, 1994).

Os setores primário, secundário e terciário são intensivos em mão-de-obra. O setor quaternário é intensivo em conhecimento. Este setor econômico pode ser definido como o setor que engloba as atividades das indústrias de informação ou indústrias do conhecimento (Botelho, 1993).

A informação pode ser considerada apenas como um bem econômico, pois não se limita a ser um produto interno bruto. Ela pode ser vista de acordo com Masuda (Masuda, 1982) como o produto de bem-estar nacional bruto, por todas as suas características relacionadas à produção, disseminação, desenvolvimento, informatização e poder.

Ela precisa ser estudada como o fator essencial que permitirá o “salto” – verdadeira transformação da sociedade.

O conceito de informação evolui na medida da evolução do conceito de consciência coletiva de uma sociedade. É nesse sentido que a prestação de serviços bibliotecários deveria ser considerada, embora essa dimensão de importância nem sempre seja visualizada.

Segundo Cunha & Robredo (Cunha & Robredo, 1993), na maioria dos países em desenvolvimento e em especial na América Latina, a biblioteca tem falhado na função de custodiar os conhecimentos e também na divulgação dessa riqueza potencial. Nossas bibliotecas são basicamente instituições elitistas, satisfazendo-se em servir uma pequena parte da população. Ao mesmo tempo, as bibliotecas e os serviços bibliotecários são pouco entendidos pelos governantes, redundando em baixo *status* profissional. Estamos, pois, em um perigoso e difícil círculo vicioso que precisa ser rompido, para que a missão profissional seja exercida em toda plenitude.

Podem ser destacadas algumas reflexões, mas as causas das deficiências da maior parte das bibliotecas são as mais variadas, indo desde os problemas relacionados aos recursos humanos até os fatores ambientais, como instabilidade política, descontinuidade administrativa e modelo econômico dependente.

Percebe-se que os serviços bibliotecários não têm recebido a mesma atenção que os outros setores. Isto porque, embora o setor seja incluído nos planos governamentais, os objetivos propostos não são atingidos plenamente, sobretudo pela falta de recursos financeiros e humanos e de uma infra-estrutura informacional que dê suporte a essa atividade.

SITUAÇÃO BRASILEIRA

No Brasil, a indústria da informação encontra-se em um estágio inicial de desenvolvimento. O país é desigualmente desenvolvido, existindo, ao lado de grandes bolsões agrícolas e pastoris, regiões altamente desenvolvidas e industrializadas. Desse modo, para diminuir a dependência científica e tecnológica, é necessário haver maior preocupação com o desenvolvimento da infra-estrutura informacional.

Entretanto, o desenvolvimento da infra-estrutura informacional dependerá tanto dos recursos físicos, quanto dos humanos. Subramanyan (Subramanyan, 1983), reforçando esse argumento, menciona a necessidade de maior preocupação com a educação, a pesquisa e a indústria,

além de uma estrutura organizacional eficiente e flexível adaptada às metas e prioridades do país. No entendimento de Subramanyan, essa abordagem permitirá que a infra-estrutura informacional seja desenvolvida adequadamente, reconhecendo a informação como fator de real importância para o progresso nacional.

Isto reforça a afirmativa sobre a necessidade de a política de informação não se constituir apenas de diretrizes específicas do setor de informação, desconsiderando a visão política global do país.

De acordo com Litto (Litto, 1985) um dos mitos que fascina a sociedade brasileira é “a idéia de que as novas tecnologias são soluções para toda a nossa inadequação do passado”. Ele ressalta o despreparo da sociedade brasileira para a utilização desses avanços como meios potentes e engenhosos de armazenamento, disseminação e recuperação de informação, devido à inexistência de uma infra-estrutura informacional adequada. Litto enfatiza que, antes da utilização de tecnologias avançadas, é preciso existirem sistemas de informação que funcionem bem, sendo considerados confiáveis pelos usuários. Além disso, observa que até mesmo alguns cientistas e pesquisadores demonstram dificuldades, quando lidam com a organização da informação. Essa situação reflete o modelo de ensino de primeiro e segundo grau, cuja ênfase é dada à formação do bom e equilibrado futuro cidadão, sem uma preocupação com a formação humanística e com o desenvolvimento do raciocínio lógico. Os alunos desconhecem o esboço como ferramenta de trabalho, a forma de estruturar idéias e guardar informação, desconhecendo a bússola e a maneira adequada de fazer perguntas.

A inexistência de bibliotecas escolares, a não-exigência de pesquisa e a falta do hábito de leitura são alguns dos fatores que contribuem para que os alunos alcancem o terceiro grau despreparados para o uso da informação científica. De um modo geral, somente na pós-graduação é que o estudante brasileiro aprende algumas técnicas de pesquisa. A partir dessas constatações, é preciso pensar na adoção de medidas que preparem as gerações futuras para a utilização de novas tecnologias, sendo fator primordial a reformulação do ensino ministrado nas escolas brasileiras.

Botelho & Araújo (Botelho & Araújo, 1987), ao abordarem o assunto, consideram a facilidade de acesso a serviços, os recursos institucionais e os recursos humanos como elementos básicos para a configuração da infra-estrutura informacional. Considerando-se o nível do desenvolvimento da indústria de informação brasileira, a questão da regulamentação das atividades ligadas à geração e distribuição de informação é das mais complexas. Leis referentes a questões básicas como a privacidade de informações da pessoa jurídica e física, acesso a bancos de dados públicos e privados, retificação de informações incorretas ainda estão por ser regulamentadas.

As empresas brasileiras fornecedoras, produtoras e distribuidoras de informação, em número reduzido, necessitam de mecanismos que possibilitem seu desenvolvimento, favorecendo sua atuação na área. Para que essa implementação ocorra, algumas medidas foram sugeridas no documento “*O setor público e o setor privado na prestação de serviços de informação; subsídios para uma política setorial nacional*”, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), em 1986. Entre as medidas que deveriam ser tomadas, ressaltam-se as seguintes: a) garantia de que as informações prestadas pelos indivíduos não sejam utilizadas para fins diversos daqueles inicialmente propostos; b) toda informação de caráter público deve estar disponível para divulgação e ter acesso facilitado ao usuário final; c) investimentos do governo no

desenvolvimento da rede nacional de acesso público a bases de dados; d) incentivo à utilização de bases de dados e/ou serviços de informação (IBICT, 1986).

No estudo intitulado “*ICT; a inserção do Brasil no setor internacional de informação*”, elaborado por Anna da Soledade Vieira para o IBICT, em janeiro de 1993, foi apresentado o diagnóstico do setor brasileiro de informação em ciência e tecnologia, evidenciando os avanços, recuos, ameaças e oportunidades do atendimento do mercado desse tipo de informação. O documento

inclui proposta de ações referentes à estrutura orgânica, planejamento e recursos do IBICT, à infraestrutura tecnológica, à capacitação de recursos humanos, à participação em redes e ao desenvolvimento setorial (Vieira, 1993).

POLÍTICA DE INFORMAÇÃO

Na opinião de John Gray, citado por Judge (Judge, 1990), há três elementos essenciais que merecem atenção de qualquer governo interessado em formalizar uma política. São eles: a identificação das necessidades do país, as ações para o atendimento das necessidades detectadas e a promoção do uso efetivo dos serviços prestados.

A política nacional de informação deve harmonizar a indústria da informação e a indústria da transferência da informação, para produzir o conhecimento necessário ao desenvolvimento visando ao bem-estar social.

São esses aspectos que nos levam a acreditar na necessidade de o setor de informação ser considerado criteriosamente e de modo global no planejamento governamental e na política de um país. Esse procedimento permitirá a formulação de políticas específicas para o setor, destacando a informação como fator de produção indispensável para o desenvolvimento da estrutura industrial em uma economia de serviços, pois o crescimento do setor de informação aumenta a capacidade de o país agregar valores aos seus próprios recursos.

No caso da América Latina, a idéia de integração das políticas está sendo discutida ao longo de muitos anos. Entretanto, somente a partir de março de 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção pelos presidentes da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, foi criado o Mercado Comum do Sul (Mercosul), formando-se mais um bloco econômico, como reflexo da tônica dos anos 90. Em um mercado cada vez mais competitivo, a união de países vizinhos é um fator que poderá aumentar a eficiência e complementariedade das economias nacionais. Contudo, isto não bastará para abrir as fronteiras nacionais à integração regional, pois é imprescindível à harmonização entre as diversas políticas nacionais (Cunha & Robredo, 1993).

Assim, não poderá ocorrer um superdimensionamento dos aspectos comerciais e jurídicos, em detrimento dos aspectos institucionais, culturais e sociais. Deverá ser promovido o livre intercâmbio de informações técnicas do conhecimento comum disponíveis em fontes impressas, bem como por meio das redes de comunicação que começam a interligar as universidades (Cunha & Robredo, 1993).

É importante que a política de informação seja formulada de modo a permitir a concepção moderna de sistemas informacionais com a preocupação de preservar e disseminar a memória nacional, com o uso de novas tecnologias, assegurando a recuperação capaz de tornar a informação acessível a todos. Os conceitos tradicionais do planejamento bibliotecário, associados à racionalidade administrativa, devem ser complementados com a comunicação interna e externa nas organizações, bem como entre sistemas e a descentralização compartilhada de modo responsável (Tarapanoff, 1993).

SITUAÇÃO BRASILEIRA

No caso brasileiro, a política nacional de informação é praticamente orientada pela política de informação tecnológica. Por sua vez, esta tem sido caracterizada por um processo descentralizado e desarticulado. A informação científica tecnológica não é adequadamente difundida, retardando sua absorção pelo setor produtivo.

No contexto do uso de novas tecnologias, a utilização de bases de dados encontra hoje uma grande aceitação por parte dos países em desenvolvimento, que vêm, nesse mecanismo, um recurso para superar as suas deficiências informacionais.

Brízida (Brízida, 1981), ao apresentar as principais causas do explosivo crescimento dos serviços de consulta a bases de dados no Brasil, afirma que a política de serviços de consulta àquelas fontes tem cinco objetivos:

- a concentração de recursos de informações no território nacional;
- a universalização do acesso à informação;
- a possibilidade de que todo conhecimento humano armazenado em bases de dados, no Brasil ou no exterior, seja colocado à disposição de nossa sociedade a custos mínimos;
- domínio nacional da geração, estruturação, processamento, transmissão e venda de informações, ficando em mãos brasileiras o controle decisório e a capacitação técnica e tecnológica para realizar estas atividades;
- a preservação e aperfeiçoamento da cultura nacional.

O acesso às informações de bases de dados estrangeiras deve ser feito de modo criterioso, permitindo que a informação acessada seja adequada ao estágio de desenvolvimento e às necessidades contextuais de cada país. A utilização indiscriminada de informações originárias de países desenvolvidos por países em desenvolvimento gera uma dependência científica e tecnológica, além de favorecer a perda da identidade cultural e dos valores sócio-políticos da nação. Na maioria dos casos, as empresas estrangeiras utilizam as técnicas promocionais de *marketing*, aplicando-as sempre ao produto, sem fornecer as informações relativas a sua engenharia de produção, que contém a tecnologia indispensável a sua geração. Algumas vezes, essa tecnologia não é compatível com o estágio de desenvolvimento do país importador, havendo casos de serem “empurradas” tecnologias em desuso no país exportador. De uma forma ou de outra, é criada uma crescente dependência dos países detentores de tecnologias avançadas, acarretando assim a absorção de valores culturais de outras sociedades.

POLÍTICA DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL

Com relação à política de informação em ciência e tecnologia no Brasil, para operacionalizar o 3º Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT), 1980-1985, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) elaborou vários documentos de ação programada, abrangendo praticamente todas as áreas do conhecimento científico e tecnológico. Entre elas, na *Ação Programada de Comunicações, Eletrônica e Informática*, eram destacadas as seguintes linhas de ação referentes às bases de dados: a aplicação do controle de fluxo de dados transfronteiras para promover a manutenção de cópias locais de bases de dados estrangeiras relevantes, o desenvolvimento do mercado de bases de dados a partir do estímulo ao crescimento dos serviços de consulta a bases de dados; a instrumentalização e operacionalização, no país, de bases de dados estrangeiras e o fortalecimento e aprimoramento das iniciativas das bases de dados nacionais (BRASIL, 1984).

Na *Ação Programada de Informação em Ciência e Tecnologia*, são destacadas as seguintes diretrizes e atividades em relação à mesma temática:

- operacionalização do mecanismo de planejamento, fomento e acompanhamento das ações relacionadas com a geração e operação de bases de dados de interesse científico e tecnológico;
- promoção de estudos sob os aspectos mercadológicos e estratégicos dos serviços de informação em ciência e tecnologia;
- articulação da exploração de bases de dados estrangeiras com os mecanismos de aquisição de materiais bibliográficos, de modo a facilitar o acesso à documentação primária referenciada nestas bases de dados;
- estabelecimento de um sistema computadorizado de acesso público a bases de dados bibliográficos em ciência e tecnologia nacionais ou estrangeiras, integrando os serviços de informação especializados;
- estímulo à criação dos suportes lógicos e o aprimoramento destes e dos recursos computacionais, que dão suporte a sua exploração;
- incremento da geração de bases de dados nacionais de interesse científico e tecnológico;
- estímulo à participação de todas as unidades do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT) no processo de geração e utilização de bases de dados; racionalização do uso de bases de dados geradas no exterior e sediadas no país (Brasil, 1984).

As *Ações Programadas* são os únicos instrumentos formais sobre a política em ciência e tecnologia que continuam válidos até os dias de hoje para a política de informação. Esses documentos equacionaram os problemas, apontaram linhas de ação, analisaram as responsabilidades e determinaram setores competentes para levar adiante as ações sugeridas. Delas derivam as atuais linhas básicas de ação do IBICT, que desempenha um importante papel na execução das atividades relacionadas ao acesso às bases de dados.

O governo brasileiro certamente não está convencido da importância dos serviços bibliotecários. Notadamente, durante o período de governo do presidente Collor, esta afirmativa respaldou-se no desmonte do setor público em relação principalmente ao fechamento de bibliotecas e esfacelamento de importantes acervos bibliográficos, sem a preocupação com a significativa perda conseqüente desses atos bárbaros. Se o setor de informação carecia de maior apoio governamental, tal situação contribui para denegrir ainda mais a imagem do setor e dos profissionais que nele atuam.

Algumas medidas devem ser tomadas diante dessa crise. Adaptando-se as idéias do professor Bernardo Kliksberg sobre *Como transformar o Estado para além de mitos e dogmas* (Kliksberg, 1992) e analisando suas propostas em relação ao setor da informação, de acordo com os princípios propostos por John Gray, citados por Judge (Judge, 1990), considerações gerais podem ser feitas.

É preciso tornar produtivo o gasto público com o setor de informação, mudando profundamente sua imagem e a do bibliotecário, estimulando de modo decisivo a criatividade organizacional para repensar os modelos existentes. É necessário questionar rigorosamente a validade dos esquemas de gestão empregados e a orientação no sentido da inovação, desenvolvendo a capacidade de gerenciar a complexidade e reconstruindo sistemas de informação capazes de desenvolver e transformar a capacidade humana em prol do bem-estar coletivo da sociedade. O desenvolvimento

da capacidade de implementação de programas mult institucionais, o estabelecimento de mecanismos efetivos de avaliação, o estímulo à cooperação e ao trabalho em redes regionais, nacionais ou internacionais são aspectos que contribuem para superar momentos críticos.

É importante que haja preocupação com o desenvolvimento de uma micro-estrutura, com a consolidação das revistas existentes, elaboração de obras de referência e aperfeiçoamento das técnicas de controle bibliográfico nas áreas não cobertas atualmente.

Em nível macro, deve ser considerado o aperfeiçoamento de sistemas nacionais de organização e fornecimento de informação científica e tecnológica, especialmente no planejamento dos fluxos de informação, dando ênfase à criação de redes e sistemas cooperativos, uma vez que “o sistema do futuro se caracterizará pela produção sinérgica e compartilhada dos bens produzidos” (Botelho, 1985).

Diante desse cenário, o profissional da informação, notadamente o bibliotecário, deve assumir sua parcela de responsabilidade.

SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS E RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL

Os bibliotecários nos países do Terceiro Mundo necessitam desenvolver um senso crítico em relação à política de informação, principalmente no que se refere à questão da transferência da informação. Não podem ficar omissos, nem alienados, absorvendo informações de modo passivo. Precisam desenvolver suas idéias e percepções, questionando o assunto, uma vez que são parte ativa desse processo. É necessário que esses profissionais lutem para efetivar sua participação, colaborando na elaboração e disseminação de critérios de seletividade para determinar quais as informações que, condizentes com as peculiaridades e necessidades do país, assegurem o progresso científico e tecnológico, contribuindo para a solução dos problemas nacionais. Isso não significa fechar fronteiras à transferência, e sim estruturar um esquema de seleção efetivo que permita o compartilhamento da informação e crie sistemas eficazes e participantes para sua difusão.

Entre bibliotecários, perpetuou-se o mito de a biblioteconomia ser apolítica. Esse argumento faz com que esses profissionais representem eles próprios e a biblioteconomia de modo apolítico quando promovem a profissão. Isto é assegurado por Birdsall (Birdsall, 1988), ao se reportar aos bibliotecários americanos. Ele assegura que o mito não corresponde à realidade, uma vez que a biblioteconomia americana reflete a cultura política americana baseada essencialmente no liberalismo. Segundo ele, esse liberalismo é uma mistura de idéias e valores que acomodam uma ampla gama de atitudes políticas paradoxais. A ideologia bibliotecária e a prática institucional fluem dessas atitudes e espelham o vasto espectro dessas atitudes e paradoxos representados pelo liberalismo americano.

Mesmo sem discutir o aspecto filosófico dessa abordagem, ao considerar o contexto brasileiro, é possível admitir que no Brasil os bibliotecários perpetuem o mito de conservarem-se apolíticos pela tímida ou inexistente participação política desses profissionais. É preciso incentivar essa participação.

É importante que o bibliotecário atue politicamente, sempre atento às mudanças impostas pelos avanços da tecnologia, sendo receptivo a elas, desenvolvendo principalmente sua criatividade. O profissional criativo conseguirá adaptar-se às novas demandas informacionais dos usuários e do mercado de trabalho, pois, no futuro, o único elemento não disponível por meio de computadores, por mais inteligentes que esses venham a ser, será a criatividade, essencial para sobrevivência do profissional da informação.

Segundo Schuman (Schuman, 1992), nenhuma máquina pode competir com a criatividade, interesse pelo conhecimento e flexibilidade de um autêntico bibliotecário consciente da sua responsabilidade profissional de prover a interação interpessoal... O papel do bibliotecário, na concepção da autora, é distinguir entre dado e informação, entre fatos e conhecimento. As bibliotecas devem se preocupar não apenas com o que e como, mas com o porquê. Acesso significa mais que a mera localização. Trata-se de conectar idéias e pessoas. O desafio dos bibliotecários é justamente acrescentar algo com a informação oferecida ao usuário, ou mesmo fornecer respostas corretas. Além disso, é importante saber auxiliar o usuário na formulação correta de suas indagações.

No que respeita aos avanços tecnológicos, a contribuição política do bibliotecário deve fundamentar-se no princípio de que o aparecimento e a fixação de uma nova tecnologia carecem do respaldo da sociedade, de acordo com suas expectativas e seu nível de conhecimento. Nesse caminho, as condições de desenvolvimento da própria sociedade indicarão suas possibilidades de absorção das novas tecnologias e do seu nível de entendimento do valor dessa absorção para o progresso científico e tecnológico.

Surge assim, uma excelente oportunidade para os bibliotecários. É hora de ampliar a visão profissional para acompanhar a evolução do mercado da informação, que fatalmente será ocupado por profissionais de outras áreas, caso os bibliotecários não saibam ocupá-lo com efetiva competência exigida pelos novos tempos que vivemos.

O perfil do bibliotecário deve ser caracterizado pelos atributos específicos de um agente de mudanças, capaz de gerenciar os recursos informacionais com a habilidade exigida pelo setor de informação do quaternário.

Jean Jacques Schreiber, ao escrever seu livro *O desafio mundial*, afirmava que “a capacidade de gestão é a mais criadora de todas as artes. É a arte das artes, pois é a arte de organizar o talento” (Schreiber, 1980). Segundo o mesmo autor: “a gerência é o meio pelo qual as mudanças sociais, econômicas, tecnológicas e políticas, todas as transformações humanas podem ser organizadas racionalmente e distribuídas no conjunto do corpo social” (Schreiber, 1980).

O papel a ser desempenhado pelo bibliotecário cresce e sua responsabilidade acompanha esse crescimento. Gerenciar no século XXI será mais do que nunca o encontro da imaginação com a realidade. Nesse caminho, a criatividade e a dialética são preponderantes. A criatividade leva à inovação. É a aplicação prática das idéias, a conversão da imaginação em realidade, do invento em produto. A dialética é a capacidade de dialogar. O diálogo exercita a argumentação e capacita o gerente à negociação.

Além de desenvolver essas habilidades, o bibliotecário deverá conhecer o cenário onde atua a instituição mantenedora da unidade de informação sob sua responsabilidade. Desde os aspectos sócio-culturais, econômicos, políticos, tecnológicos, demográficos e legais relacionados com o meio ambiente geral em nível macro, como os relativos ao ambiente específico em que atua a instituição e o próprio ambiente interno, tudo deve ser estudado. De igual importância é o conhecimento da cultura organizacional da instituição. O envolvimento do bibliotecário com esse cenário concorrerá para a compreensão do comportamento das pessoas com as quais ele se relacionará e o ajudarão na tomada de decisão, facilitando sua atuação pró-ativa.

O consumo da informação com valor agregado, seu reprocessamento e reempacotamento são aspectos que devem ser mais bem explorados pelos bibliotecários, responsáveis pela oferta e prestação de serviços informacionais.

Além disso, o bibliotecário deve entender que o uso das novas tecnologias da informação se constitui em um fator de grande importância para a informatização da sociedade, pois potencializa

a capacidade humana de produzir novos conhecimentos, ampliando de modo inimaginável as possibilidades de execução de novos e complexos serviços. Nesse processo de contínuas mudanças, o bibliotecário deverá contribuir positivamente, desempenhando seu papel para que a informatização da sociedade progrida no sentido de prevalecer a competência como um todo, sem ser estabelecida a tendência natural para a centralização do poder. Alguns países estarão em vantagens com as novas tecnologias, outros não. Alguns empresários farão fortuna, enquanto outros entrarão na bancarrota. Diante desse dilema da nossa era, é imperativo que as tecnologias sejam empregadas de modo benéfico para solucionar problemas, construindo um mundo melhor. As decisões para a escolha do caminho dependerão principalmente da política e das tendências do mercado. A opção deverá considerar o entendimento de toda a potencialidade das novas tecnologias, levando em consideração o bem-estar das futuras gerações. É imprescindível, porém, que os objetivos desse processo estejam voltados para os valores humanos, sendo a missão do uso das novas tecnologias definida com clareza, permitindo que cada indivíduo tome consciência da responsabilidade do papel desempenhado por ele na sociedade.

A consciência da responsabilidade profissional poderá contribuir na busca do bem comum, trocando a individualidade pela coletividade e, buscando no avanço possível com as novas tecnologias da informação, um futuro melhor, com o aprimoramento consciente dos serviços bibliotecários para auxiliar o desenvolvimento social, de modo que exista maior espaço para o ser humano compartilhar do amor, da compreensão e da paz mundial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BIRDSALL, William F. The political persuasion of Librarianship. *Library Journal*, vol.113, n.10, p.75-79, June 1988.
2. BOTELHO, Tania Mara. A indústria da informação no Brasil. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, vol.13, n.2, p.215-23, jul./dez.1985.
3. BOTELHO, Tania Mara. *O processo de informatização da sociedade e as novas dimensões do ser* (Palestra no Curso Rejuvenecer a velhice II. Novas dimensões da vida. UnB/CEAD/DEX, Brasília, 30/4/1993).
4. BOTELHO, Tania Mara, ARAUJO, Vania M.R.H. de. *Infra-estrutura de informação: considerações sobre o problema*. s.n.t. 10p.
5. BOTELHO, Tania Mara, BAPTISTA, Sofia Galvão, AMARAL, Sueli Angelica do. *Informação e sociedade: uma sociedade inteligente em transformação?* In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE BIBLIOTECO-NOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 2. Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 17. Belo Horizonte, 1994. *Anais do ...* Belo Horizonte : Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais , Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1994. 808p. p.438-467.
6. BRASIL. Presidência. Secretaria de Planejamento. *Plano básico de desenvolvimento científico e tecnológico, III*. 1980-1985: comunicações, eletrônica e informática. Brasília, 1984. 186p. (Ação Programada em Ciência e Tecnologia, 17).
7. BRASIL. Presidência. Secretaria de Planejamento. *Plano básico de desenvolvimento científico e tecnológico, III*, 1980-1985: informação em Ciência e Tecnologia. Brasília, 1984. 89p. (Ação Programada em Ciência e Tecnologia, 29).

8. BRÍZIDA, Joubert de Oliveira. Bancos de dados: primeiros passos. *Boletim Informativo SEI*, vol.2, n.5, ago./out. 1981, p.57-83.
9. CUNHA, Murilo Bastos da, ROBREDO, Jaime. Necessidade de integração das políticas de informação no Mercosul. *Ciência da Informação*, vol.22, n.1, jan./abr. 1993, p.7-12.
10. DORDICK, M.S. A emergente indústria da informação mundial. *Economic Impact*, vol.46, 1984, p.66-73.
11. INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. *O setor público e o setor privado na prestação de serviços de informação: subsídios para uma política setorial nacional*. Brasília, 1986. 16p.
12. JUDGE, Peter J. *Information policy and information technology: an international context*. In: *INFORMATION technology: design and applications*. Edited by Nancy D. Lane and Margareth E. Chisholm. Boston : G.K. Hall, 1990. p.267-294.
13. KLIKSBERG, Bernardo. *Como transformar o Estado para além de mitos e dogmas*. Tradução de Florindo Villa-Alvarez e Helena Ferreira. Brasília : ENAP, 1992. 88p.
14. LITTO, Frederico M. Difusão científica e desafios tecnológicos: mitos e realidades. *Comunicação e Sociedade*, n.13, jun. 1985, p.131-6.
15. MASUDA, Yonej. *A sociedade da informação como sociedade pós-industrial*. Rio de Janeiro : Editora Rio, 1982. 210p.
16. MIRANDA, Antonio. Problemas culturais, políticos e econômicos da informatização no Brasil. In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE INFORMÁTICA Y DOCUMENTACION, 1. Medellin, 1985. *Actas*. Medellin : Centro Regional del IBI para enseñanza de la Informatica, 1985. p.37-45.
17. SCHREIBER, Jean Jacques. *O desafio mundial*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1980. 490p.
18. SCHUMAN, Patricia Glass. Will computers render traditional libraries obsolete? *CQ Research*, vol.2, n.24, June 1992, p.565-566.
19. SUBRAMANYAN, N. Online searching in less-developed countries: problems of infrastructure and appropriateness. In: NATIONAL ONLINE MEETING, 1983. *Proceedings of the Fourth National Online Meeting*. New York : Online Review, 1983. p.539-549.
20. TARAPANOFF, Kira. Políticas de planejamento de sistemas de informação para o desenvolvimento: a experiência da América Latina. *Ciência da Informação*, vol.22, n.1, jan./abr. 1993, p.53-59.
21. VIEIRA, Anna da Soledade. *ICT: a inserção do Brasil no setor internacional de informação, versão integral*. Brasília: IBICT, 1993. 61p.

Library services and social development: a professional challenge

Abstract

Shows the importance of information in the development of society. Comments on the situation of library services in the information sector, considered as the Quaternary Sector. Considers aspects relating to the information society, the economics and politics of information, specifically the situation and the context of library services in Brazil. Stresses the importance of librarian action for social development.

Keywords

Information services; Librarian; Social development; Information politic.

Sueli Angélica do Amaral

Professora assistente do Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília.